

Nos últimos meses, a Amazônia voltou a ser destaque na mídia nacional. Para ela são repensados projetos e cria-se novas estratégias sobre o discurso da necessidade de ocupação e desenvolvimento. O professor-doutor José Aldemir de Oliveira, da Universidade do Amazonas,

questiona as ações oficiais ora destinados à região e diz que internacionalizar a Amazônia é colocar à disposição de empresas estrangeiras todas as informações estratégicas dos recursos naturais da região, como ocorre no caso da Vale do Rio Doce

# Brasil faz da Amazônia moeda de negócios

A reestruturação do projeto Calha Norte, que receberá US\$ 1,4 bilhão, e a criação de novos territórios no Amazonas fazem parte desse megaprojeto

Cristiane Mota

A Amazônia está, de novo, na ordem do dia. As atenções do Governo Federal, pesquisadores, órgãos de defesa do meio ambiente e, principalmente, de empresas internacionais voltam-se mais intensamente para as discussões que envolvem a exploração dos recursos naturais (madeira e minério, principalmente). Rearticulam-se as estratégias de ocupação da fronteira amazônica, e aquecem-se as discussões sobre a abertura de novos caminhos para o mercado internacional e o desenvolvimento econômico e social das populações da Amazônia. Nessa ordem, surgem projetos de criação do "Ministério da Defesa" com atuação na fronteira Norte; incentivos à exploração de madeira por megamadeireiras estrangeiras e formação de dois novos territórios no Estado do Amazonas, em áreas ricas em recursos mine-

rais e florestais. Esses novos projetos envolvem um antigo e relevante conceito sobre a Amazônia como espaço estratégico da estrutura de poder econômico e político, seja nacional ou internacionalmente. O doutor em Geografia Humana e professor do Departamento de Geografia da Universidade do Amazonas, José Aldemir de Oliveira, em entrevista a A CRÍTICA, avaliou que esses novos projetos compõem o que os geógrafos chamam de estratégias geopolíticas do Governo, com destaque para as questões econômicas e de segurança. A análise do professor, com base no projeto de criação do Ministério da Defesa e na redivisão territorial, desvenda os altos investimentos financeiros que estão sendo feitos para a viabilização desses projetos, as repercussões econômicas e os impactos sociais e ambientais que podem acarretar na região. Para Oliveira, esse modelo de desenvolvimento que se desenha para a Amazônia é falido.

**“ Há uma perspectiva de globalização do mercado que interessa aos países mais ricos, mais do que ao Brasil ”**

## Projeto global

As propostas de criação do Ministério da Defesa, pelo Governo Federal, que concentrará a sua atuação na fronteira amazônica do País, e de redivisão territorial, do deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM) - que prevê a criação dos territórios do Alto Rio Negro e Alto Solimões -, de acordo com Oliveira, fazem parte de um projeto global que visa reforçar politicamente a posição institucional das Forças Armadas, e estabelecer influência econômica e militar sobre os países do Continente, principalmente, Venezuela e Peru que permitem o acesso ao Pacífico (facilitando o alcance ao mercado consumidor asiático) e ao Caribe.

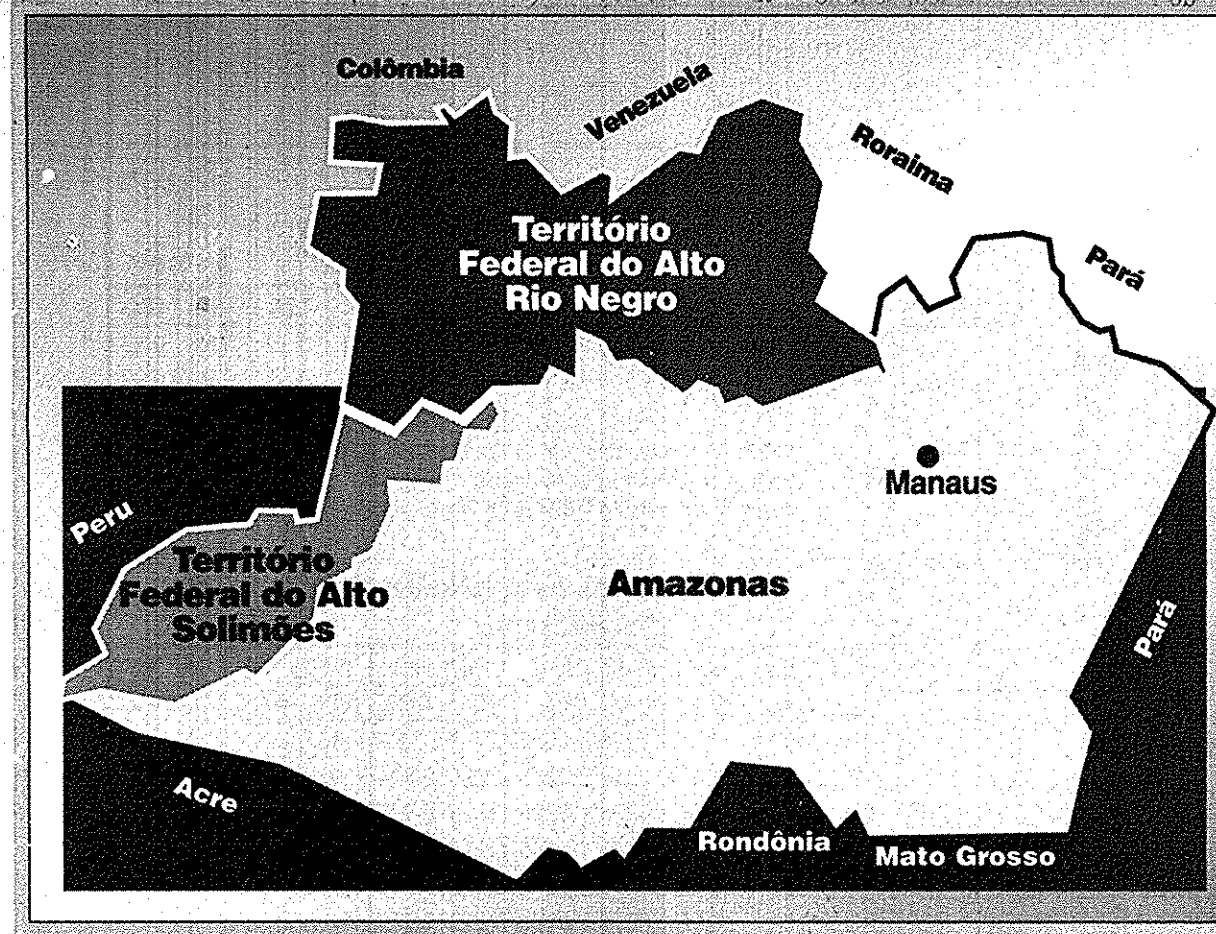
Pela rota do Pacífico, os produtos, como a soja e os semi-industrializados, alcançariam os mercados asiáticos com uma redução de custos de transporte em 30%.

“Além desse viés econômico que norteia o processo de influência sobre os países vizinhos, está havendo um reforço militar significativo através do revigoramento do projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), que receberá recursos externos na ordem de US\$ 1,4 bilhão, e da reestruturação do Calha Norte, que vem junto com esse projeto de criação do Ministério da Defesa e o da divisão territorial e que podem trazer consequências irre-

versíveis para as populações e ao meio ambiente da Amazônia”, disse o pesquisador.

A criação de territórios federais também revela o interesse, alerta o professor, pelo potencial econômico nas áreas do Alto Rio Negro e do Alto Solimões, com grande ocorrência de minério e madeira; o “forte lobby” das empreiteiras interessadas na construção de rodovias - com dotações orçamentárias para as rodovias 174, 364 e 163 na ordem de R\$ 227,2 milhões - e o interesse nas possibilidades de incentivos para a criação de infra-estrutura nessas áreas, com a destinação de um grande volume de recursos financeiros do Governo Federal.

## Projeto de divisão territorial do deputado Euler Ribeiro



## Reflexos sociais e ambientais

O único ponto positivo, destaca-o pelo pesquisador, nesse modelo de “desenvolvimento” que está se desenhando para a Amazônia, é a discussão que pode se intensificar com as populações locais. No mais, a criação dos territórios federais e do Ministério da Defesa vai atingir áreas de preservação indígena e florestal correspondentes a mais de 60% da região, podendo acarretar uma diminuição significativa dessas áreas com sérios impactos na questão ambiental e na preservação desses povos. “Mais uma vez poderá ser usado o discurso de que a área é muito grande e que precisaria ser reduzida por estar atrapalhando o ‘desenvolvimento’ desses territórios”, avaliou.

Além disso, Oliveira destacou que os investimentos nesses novos territórios vão onerar a própria sociedade, que é quem paga impostos e os sustentaria por um tempo significativo. É também negativo, sustentou, porque não será feita nenhuma discussão mais ampla com a sociedade. “As populações locais são muito fragilizadas do ponto de vista da organização para interferir em alguma coisa”.

É necessário, defendeu o professor, propor um modelo diferente de desenvolvimento para a região, “que não seja esse modelo de estranda: das madeireiras asiáticas com

empreendimentos gigantes de exploração; da Zona Franca de Manaus e o da criação de infra-estruturas fantásticas que não trazem benefícios concretos para a população. Esse é um modelo que não deu certo”.

Oliveira disse que uma das propostas viáveis para a Amazônia seria a construção de um parque moveleiro composto por empresas de pequeno porte. A proposta atenderia a mão-de-obra local e possibilitaria a exportação da madeira já beneficiada. “Ao invés de vender madeiras aos asiáticos, para agregar valor lá, já venderíamos os móveis”.

“Meu projeto para a Amazônia é diferente. Eu quero um projeto que tenha a força dos índios, dos posseiros e dos pequenos lavradores que formam a população da Amazônia”, defendeu.

## Projetos não têm favorecido a região

Na região Amazônica vivem 16 milhões de pessoas. A maioria, de acordo com indicadores sociais, em precárias condições de vida. Os megaprojetos desenvolvidos nesta parte do País não conseguiram influenciar na melhoria da qualidade de vida dos amazônidas. Na maior parte, acabaram se transformando em tragédias para as populações nativas e à própria natureza.

A discussão sobre um modelo de desenvolvimento para a região está novamente em pauta. Em meio a esta, ganha força as propostas de redivisão territorial do Estado do Amazonas e de criação do Ministério da Defesa. Este atuaria nas decisões estratégicas do Governo Federal, que sinaliza com altos investimentos para viabilizar esses projetos. A região, em época de tragédia com os ianomamis, já teve um ministério extraordinário. Acabou esquecido. Este é um modelo “falido”, garante o geógrafo José Aldemir de Oliveira, por ser planejado sem uma discussão mais ampla com a sociedade e podendo significar uma drástica redução de reservas minerais e florestais, assim como dos povos da Amazônia.



Professor José Aldemir de Oliveira faz análise dos projetos destinados à Amazônia

## Interesses externos

As ligações do País com o mercado internacional pelo Pacífico não preocupam os países mais desenvolvidos, segundo Oliveira, porque “há uma perspectiva de globalização do mercado que interessa aos países mais ricos, mais do que ao Brasil”. O professor José Aldemir avalia que são eles que ganham com a globalização do mercado, principalmente, se facilitada as condições de interligação entre os continentes.

“Uma saída para o Pacífico vai beneficiar o chamado ‘sistema mundo’, onde as grandes metrópoles da América do Norte, da Europa e a cidade de Tóquio - que representam apenas 5% da população mundial e concentram as 500 maiores empresas financeiras do mundo, o chamado Grupo dos 7, instituições como a ONU e as

grandes Agências de Informação - serão as verdadeiras beneficiadas com a abertura das fronteiras”, avaliou Oliveira.

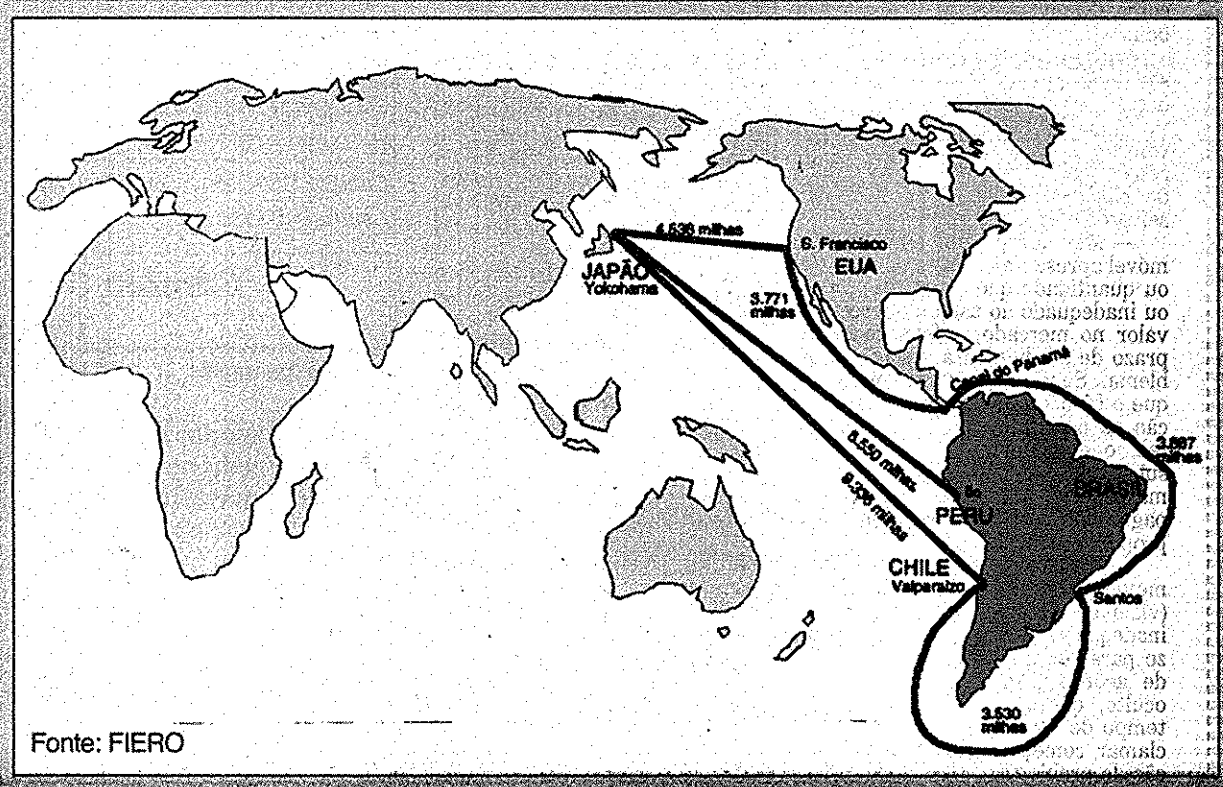
O grupo das grandes metrópoles desse “sistema mundo”, indica Oliveira, já vem estendendo a sua presença pelo Brasil nos últimos anos, através da política de privatização das empresas nacionais. Ele destaca o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, que do modo como está sendo feito é algo “criminoso”, porque coloca a disposição das empresas internacionais todas as informações estratégicas dos recursos minerais da região.

“Isso, sim, que é internacionalizar a Amazônia. O discurso de que existem zonas de instabilidade que podem contrariar interesses brasileiros nas fronteiras do

Norte é falso. Na realidade esse é o viés ideológico que tem sustentado durante muito tempo todos os projetos de “ocupação” da Amazônia. Internacionalizar a Amazônia é entregar informações estratégicas que não dominamos para uma tecnologia que nós não vamos dominar, para uma empresa estrangeira”, denunciou o professor.

Oliveira completou dizendo que esse viés ideológico, amplamente defendido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, é fruto da política neoliberal que está propiciando a entrega das riquezas naturais brasileiras às empresas estrangeiras. “Como ele (FHC) disse para esquecermos o que ele escreveu eu espero também que ele diga para esquecer o que ele está falando”.

## Rotas de cargas entre o Brasil e o Japão



Fonte: FIERO